

RIBEIRO, Djamila. “O que é lugar de fala?”

Juliana Stefany Silva Bartholomeu

Mestranda em Ciências Sociais pela UNIFESP
(julianastefanybartholomeu@gmail.com)

Introdução

O livro “O que é lugar de Fala?” Escrito pela filósofa, intelectual e ativista Djamila Ribeiro, foi o primeiro livro da coleção Feminismos Plurais publicado pelo Grupo Editorial Letramento através do selo Justificando lançado em 2017. O livro custa em média R\$ 19,99 está sendo vendido em bancas de jornais e nas principais livrarias do Brasil.

Neste livro Djamila Ribeiro discute os principais conceitos do feminismo negro através de um olhar político e de análise interseccional nomeando as opressões de raça, classe, e gênero de forma conceitual e didática.

O tema central que norteia as reflexões propostas pela autora é o conceito de “lugar de fala”. Para além da dicotomia entre ser ou não ser um conceito relevante, Djamila Ribeiro aponta para necessidade de discutir o mais importante: a tentativa de deslegitimação da produção de mulheres negras e latinas ou do pensamento descolonial.

Além de ser uma intelectual com títulos acadêmicos e ter desenvolvido importantes trabalhos em território nacional e internacional, a filósofa Djamila Ribeiro vem atuando fortemente no debate sobre o feminismo negro no Brasil, dialogando com o público em geral dentro e fora das redes sociais e da academia.

Em suas obras *O que é Lugar de Fala?* e *Quem tem medo do Feminismo Negro?* percebemos que Djamila Ribeiro possui uma escrita acessível

ao público em geral mantendo o compromisso com uma linguagem didática. Um posicionamento político comum adotado por outras intelectuais do feminismo negro como bell hooks, por exemplo.

O livro é dividido cinco tópicos: uma *Apresentação*, tratada no início deste texto, por conseguinte *Um Pouco de História*, *Mulher Negra: O outro do outro*, *O que é Lugar de fala?* e *Todo mundo tem lugar de fala*.

Um Pouco de História

Neste capítulo a autora trabalha os percursos de luta de intelectuais negras durante o processo histórico, começando por Sojourner Truth, abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher e seu famoso discurso *E não sou eu uma mulher?* Proferido em 1851 em Ohio, nos EUA.

A escolha de começar a discussão por esta ativista não é por acaso, como bem explica em seu livro. Djamila Ribeiro aponta que o discurso de Sojourner Truth, do século XIX, serve para explicar que há muito tempo as mulheres negras vêm lutando politicamente ao longo da história, produzindo discursos contra a hegemonia dominante.

A história do movimento de mulheres negras surge com questionamentos inerentes à desigualdade estrutural do racismo e sexismo, sobretudo, contra a universalização da categoria mulher. Esta crítica será feita especificamente ao

feminismo hegemônico deste período, da qual, não considera outras experiências de “ser mulher” e suas intersecções como raça, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

A autora chama a atenção para o fato de que o discurso de Sojourner Truth e outros exemplos da história de resistência e produções de mulheres negras, demonstram que desde o período escravocrata este debate, sobre o que veio a ser a “interseccionalidade”, já vinha sendo feito por intelectuais/pensadoras do feminismo negro desde o século XIX.

O problema que Djamila Ribeiro coloca sobre a “história do feminismo” seria a falta de visibilidade para mulheres negras, pois como vimos anteriormente esta discussão já vem sendo feita desde a primeira onda¹ com Truth, assim como na segunda onda por bell hooks e Audre Lorde, embora, ambas não sejam consideradas parte desta reivindicação pela perspectiva dominante.

Uma das críticas que se faz ao feminismo negro no Brasil é que as referências teóricas são em grande maioria de intelectuais norte-americanas, como Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, Angela Davis, etc. Atualmente temos uma parte expressiva da produção destas pensadoras traduzida, mas, por muito tempo o acesso era somente em suas obras originais o que dificultava o acesso por maior parte das mulheres negras no Brasil, deste modo, para alguns críticos o feminismo negro brasileiro era considerado como um movimento “academicista”,

1 As “ondas” se referem às fases do movimento feminista ao longo do período histórico. A Primeira Onda se refere o início do movimento no século XIX; A segunda Onda ao movimento nos anos 1970; A terceira Onda aos anos 1990. Atualmente existem alguns estudos que apontam a insurgência da Quarta Onda que teve início nos anos de 2011 e permanece até o momento atual.

“ocidental”, assim como o feminismo hegemônico ficando restrito ao público acadêmico.

Sobre obras do feminismo negro no Brasil há diversas pensadoras e intelectuais que ainda são invisibilizadas por esta categoria de “mulher universal” como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros Cristiano Rodrigues, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Núbia Moreira, etc.

Djamila Ribeiro, neste sentido retoma algumas destas autoras como Lélia Gonzalez, e sua crítica sobre a hierarquização de saberes, legitimando como superior a explicação eurocêntrica, partindo do pressuposto de quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico.

Lélia Gonzalez, foi uma pensadora além de seu tempo, como o livro retrata, ela colocou em questão a forma de produção do conhecimento confrontando aspectos epistêmicos relacionados as regras de gramática normativas como uma questão política. Atualmente são inúmeros os trabalhos que se propuseram a uma descolonização epistêmica/linguística, podemos arriscar em dizer que no Brasil, Lélia Gonzalez foi uma - entre *outras*² - pioneira nesta proposta. Como aponta Djamila Ribeiro, para González as pessoas que falavam “errado” dentro dos parâmetros de norma culta eram tratadas como ignorantes e por este motivo, e nomeou como “pretuguês” a valorização da linguagem e legado de povos africanos escravizados no Brasil. Compreendendo que a linguagem dependendo de como é utilizada pode servir como forma de manutenção do poder, além disso, seus trabalhos têm

2 A substituição do “e” ao invés de “o” ou “a” refere-se à linguagem não binária/ neutra que constitui um conjunto de formas linguísticas de maneira a não demarcar gênero as pessoas.

como proposta a descolonização do conhecimento e o questionamento sobre a neutralidade epistêmica. Atualmente, a corrente chamada Epistemologias do Sul³, ainda como uma forma de questionamento sobre a produção de conhecimento acadêmico, produz inúmeros trabalhos que retratam questões apontadas por Gonzalez, a exemplo da experiência como parte importante na produção do conhecimento.

Djamila Ribeiro retoma em sua obra a crítica que se faz aos movimentos sociais ou a feministas negras chamados de “identitárias” de forma pejorativa, muitas vezes com o objetivo de deslegitimar seu discurso. Ribeiro, retoma a reflexão de pensadoras da filosofia como Linda Martín Alcoff, especialmente sua crítica a uma epistemologia universal e sua proposta de reflexão sobre o saber e sua localização cultural e social.

Rebatendo a crítica, uma vez que, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisa pensar a importância epistemológica da identidade, nesta perspectiva a experiência do sujeito em diferentes localizações é importante para a produção de conhecimento.

Djamila Ribeira afirma:

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso, isto é, quando se quer como dado aquilo que se deseja provar, pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma, não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. (RIBEIRO, 2017, p. 31).

A proposta que a autora coloca é de refletir como identidade e poder estão relacionados, e sobretudo, como estas foram constituídas nas sociedades coloniais.

Mulher Negra: O outro do outro.

Neste capítulo Djamila Ribeiro procura discutir a questão da mulher negra a partir das premissas do feminismo negro e a necessidade de se auto definirem, assim como fizeram as precursoras como Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez e sua proposta de descolonizar os corpos e produções.

É importante destacar as concepções da filósofa francesa Simone de Beauvoir, ícone do pensamento feminista e existencialista e sua relação com o pensamento crítico de Djamila Ribeiro, esta pensadora terá uma grande influência na produção e pensamento crítico da autora, dando continuidade às discussões propostas em sua dissertação de mestrado (RIBEIRO, 2015) da qual se propôs a entender os limites da teoria em relação a ação política do feminismo, tratando de importantes nomes do pensamento feminista.

Djamila Ribeiro, retoma as principais discussões propostas por Simone de Beauvoir, especialmente em sua obra *O Segundo Sexo*, de 1949, tomando como ponto de partida a relação de dominação e submissão entre homens e mulheres.

Segundo Beauvoir, a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do seu olhar masculino. A autora explica que para a filósofa francesa, a mulher foi constituída como *o outro*, pois é vista como objeto, como algo que possui uma função constituída através do olhar do homem, retirando sua humanidade.

3 Trabalhos e análises sobre a estrutura e produção do conhecimento moderno visando novas referências epistêmicas no campo das ciências humanas.

Este capítulo intitulado *mulher negra: o outro do outro* remete então a uma crítica à categoria beauvoiriana, como colocada por Grada Kilomba (2010), que discorda da categorização formulada por Simone de Beauvoir, da qual, se a mulher e o *outro* por não ter reciprocidade, essa mulher a qual se refere a um modo de ser mulher, no caso, a mulher branca, por isso a mulher negra torna-se *o outro do outro pois não* são nem brancas e nem homens, o que a remete a um local de invisibilidade.

Grada Kilomba propõe um enfrentamento desta invisibilização que não enxerga a mulher negra numa categoria de análise, propondo o rompimento com a categoria de *mulher universal* e *homem universal* demonstrado que mulheres negras possuem situações diferentes dentro da estrutura social assim como homens negros que também são vítimas do racismo e estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social.

Ao longo do texto Djamila Ribeiro traz dados quantitativos⁴ que sustentam a problemática especialmente sobre a situação da mulher negra no Brasil, no passado e no presente. Propondo tirar suas questões da invisibilidade histórica a fim de romper com a tentativa de universalização excludente.

A autora retoma as discussões formuladas por Patricia Hill Collins (2016) sobre a importância das mulheres negras fazerem uso criativo do lugar de marginalidade que ocupam na sociedade, em desenvolverem teorias e pensamentos, sobretudo,

4 Entre os quais: segundo a pesquisa desenvolvida em 2016 pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com IPEA, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%), e homens brancos (20,6%).

seu conceito de *outsider within*⁵ como posição social ocupados por grupos com o poder desigual.

Djamila Ribeiro, retomada as questões raciais e de gênero com Sueli Carneiro (2003) e Audre Lorde⁶, sobre suas discussões em torno das hierarquias de gênero instituída pela sociedade.

O que é Lugar de fala?

[...]O falar não restringe ao ato de emitir palavras mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentemente da hierarquia social. [...]dentro deste projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar. - DJAMILA RIBEIRO.

Todo o panorama conceitual elaborado pela autora até o momento foi articulado com o processo explicativo para a questão que leva o título desta obra, mas afinal, o que é lugar de fala? Na minha percepção enquanto leitora percebo que a resposta para a esta pergunta se fez presente desde a introdução do livro.

Antes de chegar a este ponto, Djamila Ribeiro, retoma um debate importante, que vale a pena trazermos para a resenha, *o lugar de fala* em seu livro, como vimos anteriormente, como um conceito articulado por inúmeras pensadoras dos feminismos e análise de discurso, pensamento decolonial que vem questionando quem pode falar, isto nos chama a atenção para analisar esse tema a

5 Do inglês: forasteira de dentro (tradução nossa).

6 Ver mais em: GELEDÉS. **Não há hierarquias de opressão**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>

partir de sua complexidade e fundamentação teórica, diferentemente do que se tem feito as polêmicas em redes sociais sobre o assunto.

De forma objetiva, o lugar de fala se refere ao lugar social que grupos de pessoas ocupam dentro da estrutura social, e que é determinado por intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade, etc.

As relações de poder estabelecidas em sociedade irão determinar o lugar que os sujeitos ocupam dentro da estrutura das intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade, etc. São utilizadas como dispositivos⁷ que favorecem elementos estruturais para a perpetuação de desigualdades.

O conceito aborda a questão articulando a ação individual e a experiência comum, de grupos socialmente marginalizados pela estrutura social (Mulheres, Negres, Lgbtq+, etc.), como as altas taxas de encarceramento de homens negros, os altos índices de feminicídio de mulheres negras, sua precariedade no trabalho, etc. São essas experiências compartilhadas que refletem a problemática colocada por essa teoria, em análise de como esse lugar imposto dentro da estrutura social dificulta a possibilidade de acesso a direito e a outros espaços.

Todo mundo tem lugar de fala

O último capítulo do livro se propõe a desconstruir um dos maiores equívocos associadas a teoria sobre o *Lugar de Falar*, a colocando como sinônimo de representatividade. O conceito de lugar de fala se refere, enquanto abordagem

conceitual, à produção de conhecimento considerando o lugar que o sujeito ocupa dentro da estrutura social. Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social.

A questão colocada pelo debate conceitual formulado pela autora remete às discussões de neutralidade no discurso por parte de algumas pessoas pertencentes à parte privilegiada da sociedade.

Pessoas negras e pessoas brancas podem falar e discutir sobre o racismo, porém, ambas vão experienciar o racismo de lugares diferentes, suas percepções estão associadas ao seu lugar na estrutura. Não existe neutralidade. Os discursos são racializados e desconsiderar isto é no mínimo desonesto.

Djamila Ribeiro aborda a crítica colocada em debate sobre a questão do lugar de fala como modo de essencializar ou dizer quem pode falar e quem não. Como bem descrito no título do capítulo: “Todos têm lugar de fala”.

Este é o tipo de livro que dá margem para muita auto-reflexão crítica a respeito da sociedade em que vivemos, o tipo de livro que quando terminamos ficamos com a pulga atrás da orelha, questões como *Qual lugar eu estou partindo dentro da estrutura social? Quais as intersecções que perpassam a minha experiência? o que ela diz sobre o meu olhar para com o mundo? Que grupo social que pertenço? Quais as vantagens ou desvantagens que este lugar determina?* Fica a reflexão.

7 Termo utilizado por Michel Foucault que se refere a um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, etc. (FOUCAULT, 1972)

Considerações finais

“Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”.

Conceição Evaristo

Meus anos de graduação foram marcados arduamente por uma exigência de “distanciamento do meu objeto” que eu honestamente nunca soube o que isto significava concretamente. Observei ao longo dos anos que está “exigência” atingia pesquisadores e temáticas específicas.

Era difícil lidar com a problemática. Os meus colegas brancos poderiam pensar suas respectivas pesquisas sem necessariamente passar por esse processo, afinal de contas a legitimidade e neutralidade em seu discurso é inerente ao lugar que ocupa dentro da estrutura social.

Foram autoras como Djamilia Ribeiro, que se propuseram a refletir sobre as formas operantes do racismo vigente em nossa sociedade, que me fizeram refletir sobre o meu lugar dentro da produção de conhecimento. Patrícia Hill Collins que me chamou a atenção para usar deste lugar como ponto criativo para pensar a sociedade. Ou então Lélia Gonzalez quando propõe a descolonização do pensamento e o ato político da fala.

O que é lugar de fala? Nos chama a atenção para reflexões sobre a sociedade em que vivemos. Uma crítica sobre as formas que o racismo - entre outras formas de discriminação - atuam em nossa sociedade.

Se refere ao longo percurso de construção de mulheres negras na produção de conhecimento, propondo novas epistemologias e questionando os padrões de intelectualidade.

No capítulo *A máscara* do livro *Memórias do plantation: Episódios do racismo cotidiano*⁸ (KILOMBA, 2010) a autora descreve a máscara como um dos instrumentos de tortura utilizado como símbolo das práticas de silenciamento da colonização, a máscara que ao tapar a boca dos escravizados além de impedir de comer nas plantações, impedia-os de falar.

A máscara a partir do prisma de Grada Kilomba representa o colonialismo como um todo, pois ela se tornou o símbolo do projeto colonial que determinou e ainda determina quem pode falar, utilizando o silenciamento como uma prática política contra os povos colonizados.

Quando pessoas negras - entre outras minorias- cometem o ato de falar sobre as experiências cotidianas do racismo, existe uma relação que faz parte da dinâmica de nossas relações sociais que estão presentes no ato de falar, da qual proporciona um confronto com a verdade hegemônica estabelecida que ao longo do processo histórico foram mantidas como únicas e universais através das práticas de silenciamento.

O livro *O que é lugar de Fala?* discute exatamente a tentativa de silenciamento de pessoas negras ao longo do processo histórico colonial no passado e no presente.

A autora apresenta as “novas” máscaras de silenciamento nas sociedades contemporâneas. A proposta colocada pela autora neste livro é justamente a reflexão sobre o lugar que cada um de nós - negres, brancos, indígenas, mulheres, homens, etc - partimos em nosso discurso e quais as práticas simbólicas atuantes em nossas relações sociais.

8 Título original: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*.

Falar sobre conhecimento de povos colonizados, especialmente de pessoas negras é falar sobre a invisibilização histórica desses povos. A construção do pensamento científico ocidental produz um discurso hegemônico perpetuando a subordinação de certos grupos. Foram as condições históricas que constituíram privilégios sociais e epistêmicos do grupo dominante que determina o que é conhecimento ou quem pode falar.

O silenciamento da fala dos povos subordinados ainda é uma prática em curso pelo projeto colonial, da qual a humanidade de pessoas negras e indígenas assim como em um passado não tão distante segue sendo constantemente negada. Se nem sua humanidade é reconhecida, quem dirá as suas formas e práticas de conhecimento sobre a sociedade.

No Brasil são inúmeros os casos de produção intelectual negra que são marcadas por esta invisibilização: Virgínia Leone Bicudo, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Lélia González, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, entre tantos.

Falar sobre lugar de fala está para além de discutir identidades ou questões individuais, mas sim sobre práticas discursivas impostas pelo projeto colonizador em curso nas sociedades ocidentais..

A questão colocada por este debate retoma uma série de autores/as decoloniais que se propuseram colocar a produção de conhecimento em questão. Assim, o livro de Djamila Ribeiro, de modo elucidativo propôs uma introdução a estas reflexões relacionadas com o passado e o presente.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo** – Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Soc. estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lúcia Vassalo. Petrópolis — Vozes. Lisboa — Centro do Livro Brasileiro, 1972.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio. **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983.

KILOMBA, Grada. “The Mask” In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

LORDE, Audre. “**I Am Your Sister – collected and unpublished writings of Audre Lorde**”, Oxford University Press, 1985, p. 22-23.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. “**Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**”. Dissertação – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. p. 103, 2015. Disponível em <http://ppg.unifesp.br/filosofia/dissertacoes-defendidas-versao-final/dissertacao-djamila-tais-ribeiro-dos-santos/view>